



JORGE TOMÉ E RICARDO CABRAL CONTESTAM PROCESSO DE RESOLUÇÃO

Ajudas do Estado ao Banif



Ricardo Cabral, Rui Rio e Jorge Tomé: Se o Banif não tivesse sido partido após a resolução valeria 3500 milhões de euros, apresentando um rácio de alavancagem de 30%, ou seja, dez vezes o mínimo obrigatório na União Europeia.

“A resolução do Banif ocorre, não por violação de rácios prudenciais, não por falta de liquidez, mas porque as autoridades europeias e nacionais decidiram – sem qualquer fundamento na lei – que iria ser aplicada uma medida de resolução ao banco” – afirmou Ricardo Cabral na conferência “Banif: O que foi e o que podia ter sido”, organizada pela Vida Económica no Porto, com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Ricardo Cabral referiu que ainda não foram publicadas as contas da resolução nem as contas e os balanços do Banif antes da aplicação da resolução nem das partes que foram criadas a seguir.

Para o professor da Universidade da Madeira, o Banco de Portugal não justificou a intervenção. Perante a comissão de inquérito, o governador do Banco

de Portugal afirmou que a intervenção não foi determinada por razões de liquidez, mas sim por questões de solvência. “Como se pode dizer isso se o banco estava solvente e a cumprir os rácios de capital?” – questionou Ricardo Cabral.

“Para mim, não é claro que o Banif tivesse de ser intervencionado. Imputou-se um crime onde não ocorreu um crime. Na prática foram utilizados milhares de milhões de euros de dinheiros públicos e não há consequências até este momento” – lamentou o professor da Universidade da Madeira.

Segundo referiu, a decisão formal foi do Banco de Portugal, porque era este que tinha a competência e a responsabilidade pela implementação da resolução.

E também tem a capacidade e competência para ceder liquidez de emergência aos bancos em situações de exceção.

Durante a sua intervenção, Ricardo Cabral apresentou os números do processo de resolução. “Entre capitais próprios e a dívida soberana de investidores privadas o Banif tinha 1070 milhões de euros. Depois injetam-se 1776 milhões de euros de capital do Estado que se foram somar aos 825 milhões de capital aplicados em 2013. Após esta injeção toda de capital, se o banco não tivesse sido partido vale-

ria 3500 milhões de euros, apresentando um rácio de alavancagem de 30%, ou seja, dez vezes o mínimo obrigatório na União Europeia, e ficando um banco supercapitalizado” - explicou.

Fatura pesada para o Estado

A conferência organizada pela “Vida Económica” no auditório da OCC foi moderada por Rui Rio. O ex-presidente da Câmara do Porto foi crítico face às incongruências do processo de resolução e ao papel das instâncias europeias, considerando inaceitável o custo pesado do fim do Banif para o erário público.

“Em Portugal há uma grande divergência de política orçamental entre os partidos que tem a ver com a reposição dos cortes na função pública” – referiu Rui Rio. O PSD queria uma reposição parcial em 2016. Mas os cortes foram repostos a 100% com base no acordo entre o Governo e as esquerdas. “Esses 100% valem no OE 2016 450 milhões de euros, e estamos a discutir se devia ser metade ou tudo. Uma grande divergência orçamental vale 225 milhões”, afirmou.

Rui Rio comparou os 225 milhões de euros em discussão com os 3000 milhões de euros que deverá ser o custo da re-



Rui Rio.

solução do Banif para o erário público. “O Banif era uma empresa cotada e auditada. Tinha a supervisão do Banco de Portugal e da CMVM, além do controlo da equipa externa de auditoria. O último balanço com contas encerradas em setembro apresenta uma situação líquida positiva de 670 milhões de euros. Como é possível que estes números tenham dado origem a um prejuízo mínimo de três mil milhões?” – questionou Rui Rio.



ultrapassam 4000 milhões

Banco de Portugal invoca razões de solvência na comissão de inquérito

O resumo dos factos já apurados pela comissão de inquérito ao Banif foi destacado por Ricardo Cabral.

- Resolução já discutida desde outubro de 2015, com duas alternativas: resolução ou liquidação.
- Jorge Tomé indica que BdP quis impor imparidades de 177M€, de que resultaria uma queda dos rácios abaixo do mínimo legal.
- Auditor (PWC) indica que não impôs imparidades.
- Governador do Banco de Portugal

indica que resolução é imposta por razões de solvência e não de liquidez (Banif dispunha de 125-140 M€ de colaterais para obter liquidez adicional).

- Conselho de Supervisão do BCE decide criar banco de transição.
- No mesmo dia, a pedido do BdP (i.e., Carlos Costa), o Conselho do BCE, presidido por Vitor Constâncio, impõe limites à cedência de liquidez e determina que na segunda-feira seguinte (21.12) seria retirado estatuto de contraparte.

Erro estratégico

“Estamos assistir a um desenvolvimento do sistema financeiro português que não é positivo, pese embora toda a evolução e esforço que os bancos portugueses têm feito na sua reestruturação e o esforço que próprio Estado fez inicialmente na capitalização dos bancos” – afirmou Jorge Tomé, na conferência promovida pela



Ricardo Cabral.

“Vida Económica.

Na perspetiva do último presidente executivo do Banif, “houve um erro estratégico enorme na abordagem à reestruturação do sistema financeiro português”. Para os bancos portugueses terem sido reestruturados em 2012 era necessário aplicar 40 mil milhões de euros de capital. É um número consensual.

Mas, segundo referiu, ao longo destes 4 anos, o Estado acabou por correr atrás do prejuízo. Com a resolução do BES ou do Banif já envolveu até hoje 16 mil milhões de euros de capital público. E nestes quatro anos o setor privado envolveu nos bancos um capital de 10 mil milhões de euros.

Se em 2012 tivesse sido mobilizado o capital suficiente para reestruturar os bancos, em vez de disponibilizar a linha de financiamento de 12 mil milhões de euros, da qual só se utilizou na altura seis mil milhões de euros, tivesse sido aumentada para 20 mil milhões de euros, com o apoio do setor privado, estaríamos muito perto do número que era necessário. Esse capital deveria ter sido utilizado desde o início para separar os ativos bons e os ativos maus. “Mas como nada disto foi feito, não se mobilizou o dinheiro que era necessário e vamos chegar ao mesmo esforço financeiro tanto do setor público como do privado só que continuamos com um sistema financeiro desequilibrado” - explicou Jorge Tomé.

Comissão Europeia não queria a capitalização do Banif

Entre os bancos que foram apoiados pelo Estado, o Banif era claramente o banco mais pequeno e era o banco que estava mais desalinhado com as melhores práticas. Segundo Jorge Tomé, o Estado português não queria a queda de mais um banco, depois do BPN e do BPP, e mobilizou esforços junto com o Banco de Portugal para que a Comissão Europeia desse uma autorização provisória à reestruturação.

“A aprovação dessa reestruturação teve por base um catálogo de compromissos, que veio desvirtuar completamente o plano de capitalização que foi aprovado aquando da capitalização do Banif no início de 2012” – disse.

Quando o Banif foi capitalizado pelo Estado, assumiu o compromisso de fazer uma reestruturação e devolver o dinheiro ao Estado em cinco anos, reduzindo o ativo global de 15 mil milhões para 12 mil milhões.

“Quando o banco é capitalizado em janeiro de 2013 e se entra em negociações com a Direção-Geral de Concorrência, rapidamente verificamos que esta entidade não queria um banco com 12 mil mi-

Resolução transformou situação líquida positiva de 640 milhões em perdas de 3000 milhões

lhões de euros de ativo. O Banif teria de ser um banco das ilhas, com apenas 3 mil milhões de ativos. Para Jorge Tomé, era impossível reduzir os ativos nessa proporção e devolver as ajudas do Estado.

Segundo referiu, no fim das negociações ficou previsto que banco deveria ter um ativo de 6 mil milhões. “Na altura, o conselho de administração deveria ter pedido a demissão e entregue a chave do Banif ao Estado português e ao Banco de Portugal. Esse foi o único erro que esta administração cometeu” – disse Jorge Tomé.

Reestruturação bem sucedida

Na opinião do ex-presidente do Banif, foi feita uma reestruturação de um banco nunca vista em Portugal. Em três anos o Banif estava perfeitamente alinhado com as melhores práticas depois de terem sido corrigidos os desequilíbrios anteriores.

Segundo referiu, um banco depende de três pilares. O pilar da liquidez é central porque um banco não pode funcionar uma hora sequer sem a liquidez adequada. O segundo pilar está nos resultados de exploração. Um banco pode funcionar temporariamente com resultados negativos, à semelhança do que tem acontecido com a generalidade dos bancos portugueses, desde que a prazo comece a ganhar dinheiro.



Jorge Tomé.

O terceiro pilar é o capital, que é uma garantia passiva e menos importante que a liquidez ou os resultados de exploração. Sem ter em conta os aspetos regulamentares, um banco pode funcionar com o rácio de capital abaixo do mínimo. “O Banif, em matéria de liquidez e resultados, fez uma recuperação extraordinária, tendo reduzido a sua rede bancária em mais de 55%. Em termos de rentabilidade, o Banif em 2015 já estava a ganhar dinheiro. Ao nível de resultados operacionais, o Banif ia fechar 2016 com um resultado operacional de 140 milhões de euros positivos. Em 2012, os resultados eram negativos em 140 milhões de euros” - salientou.

Jorge Tomé destacou que o Banif foi objeto de múltiplas auditorias. Teve uma auditoria especial do Banco de Portugal. “O Banif foi o único banco que mudou de auditores. Mais nenhum banco do sistema mudou de auditores” – destacou. Segundo explicou, o objetivo da mudança de auditores foi ter uma nova opinião sobre as suas contas.

Ajudas do Estado já somam 4050 milhões

